

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

MARIA ALICE CARVALHO DE ANDRADE

**ATIVIDADES PLURIATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NA COLÔNIA
RETIRADA DA LAGUNA**

**JARDIM
2011**

MARIA ALICE CARVALHO DE ANDRADE

**ATIVIDADES PLURIATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NA COLÔNIA
RETIRADA DA LAGUNA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

**JARDIM
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS - Jardim

ANDRADE, M. A. C. de

Atividades Pluriativas Como Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico na Colônia Retirada da Laguna

54 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

1. Processo Histórico da Questão Agrária e Reforma Agrária no Brasil, 2. AS Práticas Pluriativas no Meio Rural: O Caso da Colônia Retirada da Laguna – MS, 3. O Histórico de Vida das Famílias Assentadas na Colônia Retirada da Laguna

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Maria Alice Carvalho de Andrade

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ALICE CARVALHO DE ANDRADE

ATIVIDADES PLURIATIVAS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

Coord. do Curso de Geografia, UEMS

Prof.^a Msc. Alvina Denise Boeira

Professor do Curso de Geografia, UEMS

Prof. Msc. Elvis dos Santos Mattos

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Jardim - MS, 01 de Dezembro de 2011

DEDICATÓRIA

Este é o momento único e especial do nosso trabalho, que nos permite falar de quem tem grande importância em nossa vida e que nos apóia incondicionalmente, que é a nossa família. Por tantos momentos de apoio e coragem que tive, dedico este trabalho a três pessoas que são dentre todas, as mais importantes na minha vida.

Zely Carvalho (Mãe)

Meus sonhos tornaram realidade por sua causa...

Por isso dedico este trabalho a você, pelo seu amor, dedicação, carinho e pela sua confiança em mim, por me fazer acreditar que o conhecimento é a chave que abre as portas, esta é uma forma que encontrei de agradecer a senhora por me ajudar, saiba que é a mãe mais boa do mundo, este trabalho é a primeira vitória de muitas que virão!

Andrey de Andrade Ghizoni (Filho)

Razão da minha vida...

Dedico este trabalho a você, apesar de tão pequenino, é a jóia rara da família, quero continuar vivendo sempre lutando para que seus sonhos se tornem realidade, te amo muito!

Mérson Ghizoni da Silva (Marido)

Companheiro para todas as horas...

Grande motivador dos meus sonhos, homem simples que nunca perde a fé e que acredita nos nossos sonhos se tornarem realidade, dedico a você meu trabalho, que sempre me ajudou nessa trajetória, foi paciente e acreditou em mim.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam por uma vida melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu Deus, que tanto me ajudou e tantas vezes que eu pedi, me deu forças para continuar sempre lutando.

Aos meus colegas de turma que vão ficar pra sempre na lembrança, em especial, aos meus amigos que compartilharam momentos tristes e felizes: Bruno Gonçalves, Djimi Berwanger, Luciana Ibanhes, e principalmente Sandra Leonardo de Aguiar que me ajudou quando eu mais precisei.

Agradeço aos funcionários do INCRA da cidade de Jardim, que me ajudaram muito, com as informações históricas e jurídicas voltada a implantação da Colônia Retirada da Laguna.

Aos moradores que me receberam em suas casas e responderam meus questionamentos com simpatia e simplicidade.

A minha professora Ana Maria Soares de Oliveira, que além de orientadora foi uma grande amiga. Meu querido, obrigado pelo exemplo, pela competência, pela dedicação e principalmente pela paciência.

A gratidão é a maior qualidade que o ser humano deve ter. Saber agradecer e ajudar o próximo devem estar sempre em primeiro lugar em nossas vidas, para que a porta da felicidade se abra para nós.

EPÍGRAFE

“Um sonho sonhado sozinho é um sonho. Um sonho sonhado junto é realidade...” **(Raul Seixas)**

RESUMO

ANDRADE, Maria Alice Carvalho de. **Atividades Pluriativas como Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico na Colônia Retirada da Laguna**, 2011. 54 p. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Jardim, 2011.

Neste trabalho procuramos apreender e analisar a existência de atividades pluriativas existentes como estratégia de remuneração e reprodução da vida camponesa na Colônia Retirada da Laguna. Buscamos também, investigar as condições socioeconômicas das famílias assentadas na Colônia, para entendermos as causas que levam esses pequenos camponeses a exercerem atividades diversificadas e não agrícolas. Para apreendermos o nosso objeto de estudo e, portanto, a realidade social e econômica dessas famílias assentadas julgamos importante efetuarmos uma leitura mais ampla, embora não aprofundada, sobre a questão agrária no Brasil, considerando-se a estrutura fundiária, as políticas públicas destinadas a pequena produção de base familiar e camponesa, as desigualdades sociais e a pobreza rural, entre outros aspectos.

Palavras-chave: Pluriatividade. Desenvolvimento rural. Agricultura. Assentamento. Reforma Agrária.

ABSTRACT

ANDRADE, Maria Alice Carvalho Pluriactive Activities as a Strategy of Sócio-Economic Development in the Colony Removed from the lagoon 54 p. State University of Mato Grosso do Sul - UEMS, Jardim, 2011.

In this paper we seek to grasp and analyze the existence of such existing activities pluriactive compensation strategy and reproduction of peasant life in the Colony Withdrawal of Laguna. We seek also to investigate the socioeconomic conditions of families settled in the Colony, to understand the reasons why these small farmers to exert diverse and non-agricultural activities. To understand the object of our study and therefore the social and economic reality of these families settled believe it is important we make a more extensive, although not detailed on the agrarian question in Brazil, considering the land ownership structure, public policies aimed at small family-based production and peasant social inequalities and poverty, among others.

Keywords: Pluriactivity. Rural development. Agriculture. Laying. Agrarian Reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Guia Lopes da Laguna.....	36
Figura 2: Produção pecuária e hortaliça.....	41

LISTA DE TABELAS /QUADROS.

Quadro 1 - Dados de permanência dos assentados na Colônia Retirada da Laguna com base no universo investigado.....	42
Quadro 2 – Formas de obtenção de renda dos assentados da Colônia Retirada da Laguna	42
Tabela 1 – Produção e renda por entrevistado assentado da Colônia Retirada da Laguna	43

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

COOPERLAG – Cooperativa Lagunense

MST: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra

UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

CPT: Comissão Pastoral da Terra

IBRA: Instituto Nacional de Reforma Agrária

INDA: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

PIN: Programa de Integração Nacional

PROTERRA: Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário

PROVALE: Programa Especial para o Vale do São Francisco

POLAMAZÔNIA: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE: Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste

PROCERA: Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

CUT: Central dos Trabalhadores

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	19
1.1. A Reforma Agrária. Uma Perspectiva Frente à Questão Agrária?	29
CAPÍTULO II - AS PRÁTICAS PLURIATIVAS NO MEIO RURAL: O CASO DA COLÔNIA RETIRADA DA LAGUNA – MS	30
2.1. Fatores que Conduzem as Práticas Pluriativas nos Assentamentos e Comunidades Rurais: O Caso da Colônia Retirada da Laguna	35
CAPÍTULO III - O HISTÓRICO DE VIDA E PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA COLÔNIA RETIRADA DA LAGUNA	36
3.1. Localização do Objeto de Estudo.....	37
3.2. A Criação da Colônia Retirada da Laguna	39
3.3. As condições socioeconômicas das famílias assentadas na Colônia Retirada da Laguna.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, o homem estabelece relação com a natureza, sempre mediada pelo trabalho, entendido como atividade para transformar recursos naturais em bens capazes de satisfazer as necessidades humanas. E um exemplo dessas atividades desenvolvidas ou praticadas pelo homem foi a agricultura.

Todavia, essa prática tem se dado de forma diferenciada, em termos de técnicas, de finalidades, de acesso a crédito e, sobretudo de acesso a terra. No Brasil, mais especificamente, as terras sempre estiveram em sua maioria concentradas nas mãos de poucos. Desde o processo da colonização do Brasil, esse importante meio de produção esteve nas mãos da coroa portuguesa, ou dos seus favorecidos que mantinham domínio sobre a terra.

A população pobre não tinha acesso a terra, pois durante a prevalência do regime escravocrata a terra estava nas mãos dos senhores de escravos e de terras cedidas pela Coroa portuguesa, sendo a principal força de trabalho os escravos, trazidos do continente africano e forçados a trabalhar desumanamente e sem nenhum direito, entre os quais o de acesso a terra.

Com a criação da Lei de Terras em 1850, esta situação só piora, especialmente se levarmos em consideração a instituição da propriedade privada da terra, ou seja, esta só poderia ser adquirida por meio de compra e venda, restringido assim do acesso a ela os escravos libertos e demais trabalhadores livres que não tinham recursos para adquiri-la por meio da compra, restando-lhes assim o trabalho como agregados, moradores, colonos ou mesmo como pequenos posseiros para além das cercas dos latifúndios, muitas vezes grilados e com títulos falsificados. (MOREIRA, 1990; OLIVEIRA, 2009).

Ao longo dos anos, a agricultura sofreu grandes transformações no campo principalmente com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Com o avanço das técnicas de produção, a criação de tecnologias, estimulada pela modernização e expansão do capitalismo no campo, a agricultura se especializou, se diferenciando em capitalista voltada especificamente para a exportação e para o mercado e agricultura camponesa de base familiar destinada à produção de subsistência e comercialização de

excedente para abastecer o mercado interno, a qual responde atualmente Pela maior parte da produção de alimentos básicos.

O fato é que nesse modelo agrícola, a reprodução social não está assegurada para todos, pois, como destaca Nascimento (2007, p. 05) enquanto a agricultura capitalista, juntamente com a pequena parcela de agricultores familiares “consolidados”, integrados às agroindústrias é beneficiada, uma grande massa de “condenados ao atraso” fica de fora.

Cabe destacar nesse sentido que

[...] estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. [...] A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2001, p.03)

Mesmo com grandes mudanças ocorrendo no campo, os pequenos camponeses não possuem condições financeiras suficientes para garantir o desenvolvimento da produção. Apesar das políticas públicas criadas para “apoiar” a pequena produção, muitos camponeses ficam à margem dessas políticas, especialmente das que oferecem linhas de créditos e financiamentos.

É sabido que no Brasil a política agrícola de modernização da agricultura conduzida pelo Sistema Nacional de Crédito Rural entre as décadas de 1960 e 1980, privilegiou a grande propriedade com vistas a estruturar um modelo de desenvolvimento agrícola pautado na produção capitalista agroexportadora. Com isso a pequena produção de base camponesa familiar ficou relegada ao segundo plano.

O significado disso é que a agricultura, no Brasil, nunca foi vista pelas políticas públicas a ela destinadas, como sendo também para aqueles produtores camponeses que não tinham condições de se moldar às exigências de produtividade e fazer frente aos desígnios mercadológicos da agricultura capitalista.

Segundo Furtado

Esse sistema de privilégios, que se apoiava inicialmente na escravidão pôde sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças a uma

engenhosa articulação do controle da propriedade da terra com a prática da agricultura itinerante. A sua sobrevivência está assim diretamente ligada à persistência de formas predatórias de agricultura e é uma das causas primárias da extrema concentração da renda nacional. Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente o desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país (FURTADO, 1972, p. 121-122).

No início dos anos 1990 com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), passou-se a ter uma política voltada para a pequena produção agrícola. Todavia, apesar de se propor a promover o desenvolvimento rural nem todos os camponeses têm acesso a tal Programa.

Ao privilegiar os pequenos produtores que estão de certa forma, integrados ao circuito capitalista, e, portanto ao mercado, vinculados a uma associação, ou sem inadimplência junto ao banco ou ao comércio, o PRONAF acaba deixando de fora um contingente significativo de camponeses considerados “periféricos”. Desse modo, a esse segmento de produtores que não conseguem cumprir as exigências do Programa, “resta se ocupar plenamente em ocupações rurais não agrícolas, ou continuar marginalizados na sua relação com a terra”. (NASCIMENTO, 2007, p. 05).

Aqueles camponeses sem apoio de programas do governo são obrigados pela necessidade a desenvolver alguma atividade que lhes garanta o sustento familiar, mesmo que não seja no âmbito rural e nem ligada a terra.

A agricultura camponesa pressupõe a existência de unidades agrícolas de base familiar, cuja lógica perpassa pela geração de renda predominantemente agrícola. Todavia, a noção de pluriatividade surge para romper essa lógica, ao apresentar às famílias camponesas, como estratégia de reprodução social, a possibilidade de obter renda através de fontes não necessariamente agrícolas.

Nesse sentido a pluriatividade se trata de

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p.48).

Assim, a prática da pluriatividade das famílias rurais, especialmente dos camponeses descapitalizados e não integrados ao agronegócio, passou a ser vista como uma

alternativa importante de reprodução social. Em outras palavras, uma forma, muitas vezes, de driblar a pobreza rural e manter as famílias no meio rural.

E esta tem sido uma prática cada vez mais presente nos assentamentos de reforma agrária, a exemplo da Colônia Retirada da Laguna, objeto deste estudo.

Partindo desses pressupostos, focamos nossa investigação e análise na Colônia Retirada da Laguna, tendo como principal objetivo analisar as atividades agrícolas e não-agrícolas exercidas pelos moradores como forma de garantir a reprodução da vida e da condição camponesa das famílias ali assentadas.

Para tanto nos pautamos no significativo levantamento bibliográfico acerca da questão agrária, da reforma agrária no Brasil, visando identificar as origens da questão agrária brasileira e o embate político sobre a criação e o desenvolvimento da Reforma Agrária no país. Procuramos também levantar informações sobre a pluriatividade, na tentativa de compreendê-la na perspectiva teórico-conceitual e assim poder apreendê-la em nosso objeto de investigação.

Realizamos também a pesquisa de campo por meio da qual entrevistamos assentados da Colônia Retirada da Laguna. Diante do tempo que tivemos e da dimensão deste trabalho optamos por trabalhar com base em investigação amostral, ou seja, do total de noventa e duas (92) famílias assentadas entrevistamos de forma aleatória vinte (20) assentados, o que corresponde a cerca de 21% do total de assentados.

Todavia cabe salientar que apesar das entrevistas terem sido realizadas de forma aleatória, durante a efetivação das mesmas, atentamos para o fato de que parte dos assentados é advinda do estado do Paraná, os quais foram desabrigados em virtude da construção do “lago” da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este aspecto foi de fundamental importância para apreendermos a formação do Assentamento (e atual) Colônia Retirada da Laguna, bem como a situação dos assentados quanto às condições de vida e produção. As entrevistas nos permitiram ainda apreender, dentro do universo investigado, que a maioria dos assentados que se encontram na Colônia atualmente já não são advindos do estado do Paraná, e que obtiveram os lotes por meio de compra junto aos primeiros assentados.

As atividades pluriativas podem favorecer ou não um determinado lugar. É importante salientar que os aspectos políticos, econômicos e principalmente as potencialidades do local, são fatores determinantes para a prática de atividades que muitas vezes não estão ligadas a atividades agrícolas.

Para apresentar os resultados da pesquisa, tanto do ponto de vista teórico como empírico, elaboramos este trabalho em três capítulos. No primeiro efetuamos uma reflexão

geral acerca da questão agrária desde a formação do território brasileiro e, mais especificamente do que Moreira (1990) denomina de “formação do espaço agrário” e como esta questão desembocou na luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil. No segundo capítulo discutimos sobre a pluriatividade no Brasil e como ela se expressa no âmbito da Colônia Retirada da Laguna. Já no terceiro capítulo procuramos traçar a trajetória de luta das famílias assentadas na Colônia desde o momento que ficaram desabrigadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Itapu, no estado do Paraná, e foram trazidos pra para esta porção do estado de Mato Grosso do Sul, bem como as condições atuais de produção e de vida.

Assim, para compreendermos a realidade do meio rural e, de modo particular da Colônia Retirada da Laguna, sobretudo no que se refere às formas de trabalho, de obtenção de renda e, portanto, de reprodução da vida e da condição camponesa das famílias ali assentadas, procuramos efetuar uma leitura dialética das contradições e das transformações, bem como dos agentes que as provocam.

CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A questão agrária brasileira é uma problemática que sempre se manteve presente no campo e se caracteriza pela concentração de terras e conseqüente desigualdade na distribuição das mesmas. Trata-se de um processo cuja origem remonta o regime escravista, perpassando pela passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, se consolidando com a criação da Lei de Terras (1850), concomitantemente com o processo de acumulação primitiva do capital. Situação essa que se ampliou expressivamente a partir da segunda metade do século XX, com a expansão capitalista no campo e conseqüente modernização da agricultura (OLIVEIRA, 2001).

Desde o descobrimento até a independência, a ocupação do território brasileiro foi baseada na Concessão de Sesmarias (imensas glebas de terras) aos senhores de posses vinculados à Coroa Portuguesa. A estrutura fundiária brasileira nasce, portanto, baseada na grande propriedade rural, no latifúndio. (GUEDES PINTO, 1996 apud ARAÚJO, 2006, p. 21).

Moreira (1990, p, 21) também destaca que o modo de organização do espaço agrário brasileiro tem raízes na lei das Sesmarias que regula juridicamente a repartição da propriedade fundiária.

É interessante ressaltar também que do período da Independência do país até 1850, as terras devolutas¹ foram, em parte, ocupadas por homens livres, desprovidos de recursos financeiros e de privilégios. Todavia, esse processo não foi suficiente para provocar alterações significativas na estrutura fundiária existente. Na verdade, a concentração fundiária se agravou a partir de 1850 com a criação da Lei de Terras (Lei nº 601), a qual determinou que as terras deveriam ser adquiridas somente por meio de compra e venda.

Vale dizer nesse sentido que,

[...] Essa lei favoreceu a consolidação da grande propriedade rural. Além de as terras terem sido vendidas a preços elevados, por meio dessa lei foi fechada a principal via de ocupação de terra até então

¹ Terras devolutas podem ser definidas como aquelas que pertencem ao Estado, sem que tenham algum uso público já determinado.

existente, o regime de posse, também chamado de direito de usucapião (VEIGA, 1990 apud ARAÚJO, 2006, p.21).

Vê-se, por um lado, que a terra, principal meio de produção camponesa adquiriu, então, o caráter de mercadoria e, assim, só poderia possuí-la quem tivesse como comprá-la. Comprar na verdade o seu título, visto que a terra é um bem imóvel, e que não circula como as outras mercadorias. Por outro lado, muitos burlaram a lei, forjando títulos de propriedade, os quais eram registrados falsamente com a conivência de cartórios de registros de imóveis, dando origem a inúmeras extensões de terras griladas nas diferentes regiões do país, na sua maioria terras da União, portanto devolutas.

Em seguida, o país atravessou alguns momentos significativos de sua história, a exemplo da proibição do tráfico negreiro e posterior abolição da escravidão (1888). Algumas pessoas ligadas ao poder central naquele período, como foi o caso de José Bonifácio de Andrade e Silva, evidenciavam a idéia de facilitar o acesso a terra, a fim de estimular a abertura social e o progresso econômico, apesar dessa necessidade ser colocada numa perspectiva conservadora. Significa dizer que as mudanças no regime e, portanto nas relações de trabalho, não promoveram alterações significativas na distribuição da propriedade da terra (GUEDES PINTO, 1996; VEIGA, 1990 apud ARAÚJO, 2006, p. 21).

No final do século XIX e, mais especificamente durante a República Velha (década de 1930), período de auge e crise da economia cafeeira, ocorreu, portanto, a prevalência do regime de colonato sob o comando da oligarquia cafeeira, cuja força de trabalho no meio rural era predominantemente representada por imigrantes europeus, sobretudo italianos, e japoneses. Nesse período o número de unidades de produção camponesa sofreu um acréscimo, tendo em vista o Brasil ter apresentado um pequeno crescimento na industrialização, expandindo o mercado consumidor, sobretudo urbano e, conseqüentemente a necessidade de produção de alimentos para suprir a demanda desse mercado.

Com a crise de 1929, também não houve mudança substantiva na estrutura agrária brasileira. A mesma causou a queda no preço do café, principal motor da economia nacional naquele período, promovendo um reordenamento da economia que se voltou para a industrialização, porém manteve de certa forma os grandes latifundiários no poder.

Cabe dizer que a crise econômica e a Revolução de 1930 fragilizaram a oligarquia cafeeira, impulsionando assim o processo de industrialização. Conseqüentemente, fortaleceram-se as bases das relações de trabalho assalariadas, no campo e na cidade e a

criação da legislação trabalhista. No entanto, a estrutura fundiária se manteve concentrada (SPAROVEK, 2003 apud ARAUJO, 2006, p. 21-22).

O processo de industrialização do país ocorreu, portanto, a partir da década de 1930, associado ao desenvolvimento do capitalismo na cidade e no campo. Nesse sentido cabe destacar ainda que

[...] a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. (OLIVEIRA, 2001, p. 02)

A partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a questão agrária ganhou uma dimensão polêmica nas discussões acerca dos rumos da industrialização no Brasil. O argumento político era de que a concentração fundiária limitava o desenvolvimento industrial e que para promover a dinamização da economia se fazia necessário redistribuir as terras.

Devido à relevância histórica da grande propriedade fundiária na constituição da estrutura agrária do país a questão agrária passou a ser associada com muita ênfase a concentração da propriedade fundiária e com a possibilidade de sua eliminação a partir de um processo de redistribuição das grandes propriedades rurais que pudesse dinamizar a economia do país com a conseqüente expansão do mercado interno para o campo e o aumento da produção de matérias primas para os centros urbanos e para as indústrias.² (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.121).

Segundo CURADO (2004 apud ARAÚJO, 2006, p. 32), a proposta da reforma agrária se pautou basicamente nos projetos de colonização de espaços pouco ocupados, também denominados de fronteira agrícola sendo o Centro-Oeste e, sobretudo a Amazônia o foco principal desse processo. A implantação desses projetos de colonização atraiu populações vindas de regiões densamente ocupadas (Sul e Sudeste) e, principalmente de regiões cujas condições de sobrevivência no campo eram desfavoráveis, gerando tensões sociais latentes, a exemplo do Nordeste.

Nesse sentido, como destaca Graziano da Silva (1990, p. 48-49), a expansão da fronteira agrícola, estimulada pelos projetos de colonização tinha três metas básicas, a saber: a) no plano econômico a produção de alimentos básicos para suprir o mercado interno, via

² Os movimentos sociais que surgiram neste período como as Ligas Camponesas, no Nordeste, em 1955, e o MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra), no Rio Grande do Sul, em 1961, questionando a estrutura agrária do país, também contribuíram para a ascensão da questão agrária nos debates políticos. Mais detalhes ver MARTINS, 1981.

excedente da pequena produção camponesa, uma vez que a grande produção capitalista concentrada em grandes extensões estava voltada em grande parte para a exportação; b) no plano social os novos espaços de fronteira funcionariam como orientação dos fluxos migratórios das famílias camponesas expropriadas; c) e no plano político a fronteira era “válvula de escape” das tensões sociais e conflitos existentes no campo.

1.1. A Reforma Agrária. Uma Perspectiva Frente à Questão Agrária?

Nesse contexto a reforma agrária passou a ser vista como sendo o caminho para a redistribuição e modernização da agricultura. Assim, a tentativa de implementação da reforma agrária foi constante, com a elaboração de vários projetos.

Havia, portanto, muita divergência em torno da questão agrária. Após a elaboração da Constituição Federal de 1946 e até o final dos anos 1950, dezenas de projetos de lei de reforma agrária foram apresentadas ao Congresso Nacional, mas nenhum foi aprovado. (GUEDES PINTO, 1996 apud ARAÚJO, 2006, p.26).

No entanto, faz-se importante salientar que o processo de industrialização e, conseqüente modernização e industrialização da agricultura, geraram profundas transformações sociais no campo e na cidade, a exemplo da expropriação camponesa, do êxodo rural, da urbanização e da ampliação das relações de trabalho assalariado, sem, contudo promover a redistribuição das terras e sim acentuar a concentração fundiária já em curso.

Esse cenário foi favorável ao surgimento, no fim dos anos de 1950 e início de 1960, das militâncias políticas de trabalhadores rurais e dos movimentos sociais no campo, a exemplo das Ligas Camponesas do Nordeste, que passaram a protestar contra o grau de desigualdade social e de concentração fundiária que existia no país. Também houve pressão sobre o Estado para a realização de um projeto de reforma agrária.

Nesse contexto, uma das primeiras ações tomadas em prol da questão agrária foi a criação, em 1962, da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e, em 1963, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. No início de 1964, o então Presidente João Goulart adotou algumas providências para tornar efetiva a desapropriação de terras, bem como propôs mudanças na Constituição pra promover a reforma agrária (GUEDES PINTO, 1996 apud ARAÚJO, 2006, p.26).

Esses passos foram importantes para que o governo militar aprovasse em 10 de Novembro de 1964, a Emenda Constitucional que permitia à União realizar a desapropriação

de terras para interesse social, além da Lei n. 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, sancionada em 30 de novembro de 1964, e da criação do “Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - Ibra e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-Inda” (GUEDES PINTO, 1996 apud ARAÚJO, 2006, p.26).

Assim, com base nos termos da Constituição Federal, do Estatuto da Terra e da Legislação Agrária complementar estabeleceu-se “a obtenção e destinação de terras para o assentamento dos beneficiários da reforma agrária como o primeiro passo para a criação e implantação dos projetos de assentamento de reforma agrária”. (PEREIRA; PANZUTTI, 1996, p.04).

Cabe destacar aqui que o golpe sofrido pelo regime militar em 1964 foi, em parte, motivado pelo receio de que a implantação do conjunto de reformas além de não proporcionar benefícios diminuísse o poder dos grandes proprietários de terras.

No ano de 1970, teve fim o Ibra e o Inda e foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA é uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA e possui como missão institucional a implantação e a execução das políticas públicas de Reforma Agrária, realizando também o ordenamento fundiário nacional, contribuindo com as políticas de desenvolvimento rural dos projetos de assentamento (PEREIRA; PANZUTTI, 1996, p.04).

Nesse processo o INCRA tem uma importância crucial, como órgão principal e responsável pela distribuição e fiscalização das terras. Todavia, nem sempre cumpre esse seu papel a contento, visto que muitas vezes favorece o grande latifúndio em detrimento daqueles desprovidos desse importante meio de produção que é a terra.

O Estado possui autonomia para desapropriar as terras dos grandes latifundiários, que se caracterizam por possuir uma grande quantidade de terras que muitas vezes não são adequadamente exploradas, e distribuí-las para as famílias sem terra com o propósito de ocasionar a oportunidade de produção e desenvolvimento no meio rural.

A partir dos anos 1970, vários outros programas foram criados, visando estimular a redistribuição de terras e a integração nacional, entre os quais tiveram destaque o PIN – Programa de Integração Nacional, e PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, além do PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco; do POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e

Agrominerais da Amazônia; e do POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.

Esses projetos foram criados em 1970, no entanto privilegiaram apenas alguns em detrimento de uma grande maioria, especialmente os pequenos camponeses com mais dificuldades para acessar as linhas de financiamento, disponibilizadas pelas políticas de crédito rural.

As desigualdades sociais aumentaram cada vez mais e após o aumento das repressões pela ditadura militar, trabalhadores se uniram contra a repressão política e em busca de igualdade nos direitos sociais.

No início dos anos de 1980 os movimentos sociais de luta pela terra se articularam amplamente, visando idealizar suas idéias. Foi, então que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ainda na mesma década, no ano de 1983, surgiu no Rio de Janeiro o movimento rural atrelado ao lançamento da Campanha Nacional de Reforma Agrária, que tinha como objetivo esclarecer as vantagens, desvantagens e benfeitorias que a reforma agrária traria para o Brasil, sendo considerado, portanto, um marco da mobilização popular (NASCIMENTO, 2009, p. 11).

Nesse contexto, os confrontos entre grandes latifundiários e camponeses sem terra se tornaram constantes, tendo em vista o acirramento da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

A discussão voltada para a reforma agrária no país foi retomada, com o fim do regime militar no ano de 1985 e passou a fazer parte do pacto que levou Tancredo Neves e, logo após, José Sarney a presidência da República, o I Plano Nacional de Reforma Agrária foi aprovado, com a intenção de defender o direito a reforma agrária no campo e atender às necessidades dos pequenos camponeses e o direito ao acesso a terra, entrando em vigor no período de 1985-1988 (DELGADO, 2005 apud ARAÚJO, 2006, p.29).

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988, fica estabelecido que a terra deve cumprir com sua função social. E isso acontece quando a produção realizada nela respeita a legislação trabalhista e ambiental e quando nela não se cultivam drogas psicotrópicas e quando é de fato produtiva. “A partir daí, temos exatamente a situação de cumprimento da função social da terra” (OLIVEIRA, 2011, p.04)³.

³ Esse princípio consta no artigo 186 da Constituição Federal promulgada em 1888.

Nesse contexto (1985) foi criado o PROCERA⁴ - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária teve como principal objetivo aumentar a produção agrícola dos assentados da reforma agrária, por meio de disponibilização de linhas de crédito, e inseri-los no circuito do mercado, visando a “emancipação” dos mesmos, o que em outras palavras significa independência da tutela do Estado, com a obtenção da titulação definitiva (REZENDE, 1999, p. 01).

As linhas de crédito do PROCERA disponibilizadas aos assentados, através do Banco do Brasil, tinham como principais itens financiados o cultivo de mandioca e de algodão em algumas parcelas, além de aquisição de alguns equipamentos e infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da produção, a saber:

- Aquisição de matrizes de linhagem leiteira;
- Construção de cercas e currais;
- Construção de açudes para a captação de água;
- Aquisição de trituradores;
- Formação de campineiras/forageira.

Momentaneamente, a agência local do Banco do Brasil possui várias propostas de custeio que carecem de análise. Estas propostas atingem o montante aproximado de R\$ 50.000,00.⁵

Segundo Guedes Pinto (1996), ao longo da década de 1980 houve uma significativa ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais que tratam da questão fundiária, os quais passaram a atuar juntamente com o INCRA.

Todavia, apesar do desenvolvimento de projetos e do aumento das desapropriações de terras destinadas à reforma agrária, a desigualdade em termos de distribuição das terras ainda é elevada no país. Isto em parte se deve à atuação do próprio Estado e dos seus organismos, a exemplo do INCRA, que não fiscaliza e/ou mantém em seus cadastros grandes extensões de terras devolutas apropriadas irregularmente por grileiros.

Como destaca Oliveira “o Estado brasileiro, infelizmente, não aplica as leis, não fiscaliza como deveria, ao mesmo tempo em que a justiça, quando detecta uma infração não pune exemplarmente” (2011, p. 02). É esse cenário de desigualdade, de descaso e de impunidade que tem motivado nas últimas décadas os movimentos sociais a efetuar ocupações de terras, as quais se constituem como instrumento político para forçar os que se

⁴ Este Programa foi extinto no ano de 2000, durante o governo Lula, e substituído pelo PRONAF – Programa de Apoio a Agricultura Familiar.

⁵ Documento cedido pelo INCRA de Jardim, de acordo com a Resolução nº 17 de 13 de Fevereiro de 1986, onde relata o sistema de crédito oferecido aos assentados, página 12 do documento encontrado .

dizem donos das terras a apresentarem os títulos de propriedade para que o Estado averigüe se estes são verdadeiros.

Organizações como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) foram as principais organizadoras e formadoras de lideranças, sendo assim também responsáveis pela luta e conquista da Brasil, mantendo, desse modo, a questão agrária na agenda política do Estado brasileiro⁶ desde a aprovação do Estatuto da Terra.

Para a CPT, uma verdadeira reforma agrária implica na desapropriação de uma grande quantidade de terras, em tempo razoavelmente curto, para incidir sobre a concentração da propriedade da terra. O pagamento da indenização das terras poderia ser feito a prazo para possibilitar a desapropriação massiva e garantir a oferta de recursos financeiros para apoiar os assentamentos com crédito, assistência técnica e capacitação. (BALDUÍNO, 1999 apud ARAUJO, 2006, p. 28).

Assim a reforma agrária, pelo menos na perspectiva de conquista da terra via formação de assentamentos, tem se efetuado por meio de pressões, conflitos e embates diretos envolvendo grandes produtores e pequenos camponeses.

Em outras palavras diríamos que a luta pela terra no Brasil foi incorporada mediante conflitos, envolvendo camponeses (posseiros, desabrigados por barragens, etc.) e trabalhadores desempregados, latifundiários, capitalistas e o Estado como agente de mediação, revelando-nos assim as contradições e desigualdades impostas pela lógica de exploração e acumulação capitalista.

Já a partir da década de 1990, a reforma agrária no Brasil passou a ser encarada com outra perspectiva, ou seja, “enquanto elemento de um novo modelo de desenvolvimento econômico (ainda por ser implementado) capaz de garantir alimentação farta e barata para o conjunto da sociedade” (NORDER, 2003, p.188).

Isto abre margem para outra discussão, ou seja, para a ampliação do debate acerca do propósito da Reforma Agrária, envolvendo a questão da Segurança Alimentar. Neste sentido cabe salientar, que apesar de ainda não haver um consenso quanto ao conceito de segurança alimentar no Brasil, “este reserva um lugar de destaque para o debate em torno da reforma agrária e da agricultura familiar [...]” (NORDER, 2003, p.188).

A alternativa apresentada nos anos de 1990 é justamente a de incluir a segurança alimentar no cerne das estratégias de desenvolvimento econômico

⁶ Cf. Cardoso (1985, p.35).

do país, principalmente através da criação de novas relações sociais de produção no campo e na cidade, e da criação de um novo padrão de políticas públicas. (NORDER, 2003, p.205).

Nos anos 1990, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem como objetivo oferecer créditos de financiamento para a geração de renda dos assentados e pequenos produtores, mesmo com a criação de projetos a fim de estimular o desenvolvimento da produção, esses programas de créditos deixam de fora os pequenos produtores.

Durante o governo Lula foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que visa financiar créditos para a realização de projetos a fim de gerar renda para os assentados e agricultores da reforma agrária no país, o qual prevê a implantação de novos assentamentos e a reestruturação dos até então existentes. Contudo, apesar do número de assentamentos implantados ter aumentado durante esse governo as críticas foram muito rígidas.

Conforme dados disponibilizados pelo INCRA, nos oito meses iniciais do primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado 156 assentamentos e, nos oito primeiros meses de seu segundo mandato foram criados 247. Já no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foram criados 135 assentamentos (entre janeiro e agosto de 2003). Nos oito primeiros meses de 2007, ano em que Lula iniciou o segundo mandato, foram criados 151 assentamentos.⁷

Os questionamentos perpassam não só pela não concretização do programa de reforma agrária, mas também pela não viabilização da condição camponesa, posta em evidencia pela ausência ou falta de acesso as políticas publicas por parte dos camponeses assentados.

O fato é que nesse modelo agrícola implementado no Brasil a reprodução social não está assegurada para todos, pois, como destaca Nascimento (2007, p. 05) enquanto a agricultura capitalista, juntamente com a pequena parcela de agricultores familiares "consolidados", integrados às agroindústrias, é beneficiada uma grande massa de "condenados ao atraso" fica de fora.

Ao estudar a Colônia Retirada da Laguna verificamos que, de fato, esses programas do governo não beneficiam a todos, pois vários assentados não conseguiram ter seu projeto de crédito aprovado pelo banco. E um dos aspectos verificados para a não obtenção do credito, foi o fato de terceiros terem comprado a terra dos primeiros assentados e não efetuado a regularização do cadastro do lote junto ao INCRA.

⁷ Informações disponíveis no site: WWW.douradosnews.com.br.

Desse modo, as linhas de créditos não beneficiam todos os assentados. Por motivos burocráticos não é possível fornecer apoio a todos os camponeses, tornando assim, difícil o crescimento da produção e melhoria das condições de vida na terra.

Há que se destacar que diante da estrutura fundiária concentradora e dos programas e políticas agrícolas excludentes, dentre as três categorias de proprietários fundiários no Brasil, grande, médio e pequeno, quem tem sido historicamente beneficiado são os grandes. Sob o discurso de que gera emprego, renda e divisas para o país com as exportações, a agricultura capitalista de grande porte se beneficia das melhores linhas e de maior aporte de crédito e financiamentos. Em detrimento dos médios e, sobretudo dos pequenos, que possuem pouca ou nenhuma capitalização e, conseqüentemente as técnicas e/ou tecnologias adequadas que lhes possibilite aumento da produção e produtividade do trabalho de base familiar.

Acreditamos que o Programa de reforma agrária implementado no Brasil, mesmo de forma enviesada, tem proporcionado a redistribuição de terras aos assentados. Todavia é importante esclarecer que não basta somente distribuir terra, faz-se necessário dar condições para a produção e reprodução da condição de vida camponesa. E as políticas públicas implementadas pelo Estado não tem garantido essa condição para todos.

Assim, aqueles que não têm acesso às condições necessárias para produzir na terra, de modo que lhes permita produzir para o autoconsumo e para o mercado, acabam plantando e criando animais somente para o sustento próprio. Quando até essa possibilidade lhes é usurpada eles aderem a outras opções de sobrevivência, ou seja, outras formas de garantir a renda da família, das quais a pluriatividade é um exemplo.

Na busca de sua reprodução e sobrevivência tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face da diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção, e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não-agrícolas, complementando a renda familiar, fenômeno esse denominado de pluriatividade e que se expandiu, dentre outros fatores pela revalorização do mundo rural e nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a observar, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar. (MARAFON e RIBEIRO, 2006, p.18-19).

As contradições inerentes a lógica capitalista, as quais se revelam no Brasil por meio das desigualdades sociais, especialmente as de acesso a terra, renda e mesmo as condições dignas de sobrevivência no campo e na cidade, conduziu expressivo contingente de trabalhadores e camponeses ao processo de luta pela terra. Uma luta que historicamente tem

sido travada pelos movimentos sociais organizados, colocando em confronto diferentes atores sociais, tais como latifundiários, camponeses expropriados de suas terras, trabalhadores desempregados e sem terras, capitalistas e o Estado como agente de mediação do conflito.

Nesse contexto a pluriatividade das famílias rurais, especialmente dos camponeses descapitalizados e não integrados ao agronegócio passou a ser vista como uma alternativa importante de reprodução social, ou seja, de reprodução da vida e da sua condição camponesa, pois “[...] Ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência [...]” (Machado, 2010, p.72-75).

Na concepção de Graziano da Silva & Del Grossi (2002) o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades (não-agrícolas) que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Segundo Marafon e Ribeiro, (2006, p.117) apud Schneider, (1999, p.174). A diversificação das fontes de renda com a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, “passando a demandar uma variada gama de bens de consumo” [...].

CAPÍTULO II - AS PRÁTICAS PLURIATIVAS NO MEIO RURAL: O CASO DA COLÔNIA RETIRADA DA LAGUNA – MS

2.1. Fatores que Conduzem as Práticas Pluriativas nos Assentamentos e Comunidades Rurais: O Caso da Colônia Retirada da Laguna

Ao longo dos estudos realizados para entender a prática da pluriatividade, percebemos que esta além de não ser uma prática nova no meio rural, tem garantido aos camponeses tradicionais ou assentados, outras formas de obtenção de renda, seja por meio de atividades agrícolas, seja de não-agrícolas.

Na concepção de Graziano da Silva & Del Grossi (2002) o conceito de pluriatividade permite associar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem renda, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária.

Assim, apreende-se que a pluriatividade se constitui uma prática que contribui para atenuar condições socioeconômicas adversas no interior de assentamentos e comunidades rurais de base familiar. Pressupõe um conjunto diversificado de atividades econômicas e produtivas.

Conforme destacam Baumel e Basso (2004):

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda: com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (p.139)

Nesse sentido cabe nos reportar a Girardi (2009, p.07), quando este, em referência a Chayanov (1974 [1925]) discute a “flexibilidade” existente no campesinato. Segundo o autor o grupo familiar é superior a demanda da propriedade camponesa ou quando o que é produzido na terra não consegue suprir as necessidades básicas do

grupo, os membros da família tende a se assalariar ou a desenvolver outras atividades remunerativas agrícolas e/ou não-agrícolas para complementar a renda da família. Ao que ela chama de “trabalho acessório”.

Assim,

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família. (CHAYANOV, 1974 [1925], p. 101 apud GIRARDI, 2009, p. 07)

Exercida dentro e fora das propriedades rurais, a pluriatividade tem sido um fenômeno de diversificação da produção, geração de renda e garantia mínima de reprodução da condição de vida camponesa.

A pluriatividade é um fenômeno social presente em todo o território nacional [...] a nosso ver, somente o elemento político (políticas públicas) é capaz de explicar a razão de hoje se poder considerar que existe uma trajetória de crescimento da pluriatividade [.....] (NASCIMENTO, 2007, p. 03).

Vê-se, então, que a falta ou inoperância das políticas públicas voltadas para a pequena produção camponesa, tem conduzido várias dessas famílias a desenvolver outras atividades remunerativas dentro e fora da sua propriedade, de modo a complementar sua renda, ou mesmo garantir a sobrevivência da família e sua permanência na terra.

A justificativa para trabalharmos com esta temática, ou seja, a pluriatividade se dá por se tratar de um fato ocorrente dentro de assentamentos e em pequenas propriedades camponesas no Brasil. Muitos trabalhadores rurais e/ou assentados dependem da terra para sua própria subsistência e muitas dessas terras não propiciam as condições necessárias para garantir a renda das famílias.

Então, a pretensão neste trabalho foi mostrar que muitas famílias que dependem da terra para seu sustento não conseguem garantir a reprodução social somente com a atividade agrícola desenvolvida nela, tendo que buscar alternativas, seja dentro ou fora de sua propriedade, especialmente no meio urbano.

Ao longo dos estudos realizados para entender a prática da pluriatividade, percebemos que esta além de não ser uma prática nova no meio rural, tem garantido aos

camponeses tradicionais ou assentados outras formas de obtenção de renda, por meio de atividades agrícolas ou não-agrícolas.

Cabe destacar que quando nos propusemos estudar a ocorrência do fenômeno da pluriatividade no cotidiano dos camponeses assentados na Colônia Retirada da Laguna, tivemos a preocupação de buscar o entendimento conceitual do que vem a ser de fato a pluriatividade.

Assim, para compreendermos essa realidade do meio rural e, de modo particular da Colônia Retirada da Laguna, sobretudo no que se refere às formas de trabalho e de obtenção de renda por parte dessas famílias, faz-se importante realizarmos uma leitura dialética das transformações, bem como dos agentes que as provocam.

Gostaríamos de salientar que a agricultura produtivista pressupõe a existência de unidades agrícolas de base familiar, cuja lógica perpassa pela geração de renda predominantemente agrícola. Todavia, a noção de pluriatividade surge para romper essa lógica, ao apresentar às famílias camponesas, como estratégia de reprodução social, a possibilidade de obter renda através de fontes não necessariamente agrícolas.

Nesse sentido cabe destacar segundo Schneider que a pluriatividade se trata de:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 48)

Desse modo, apreende-se que a pluriatividade se constitui uma atividade complementar ou suplementar à produção agrícola, sendo exercida por um ou vários membros da família dentro ou fora da unidade de produção.

Segundo Graziano da Silva (2001) é crescente o número de pessoas residentes nas áreas rurais atualmente ocupadas em atividades não-agrícolas, tais como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas, entre outras.

Graziano da Silva (2001, p.39) destaca ainda que “as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país”. O autor ressalta também que se esse crescimento continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos camponeses estará trabalhando em atividades não-agrícolas.

Isso foi passível de constatação durante a pesquisa de campo, conforme demonstra a Tabela 1, no caso dos assentados de numero 04, 06 e 10 (definição adotada para identificar os assentados na referida tabela), por exemplo, os quais não têm as atividades agrícolas como principal fonte de renda. No caso do assentado numero 04, sobretudo a sua renda é exclusivamente decorrente de aposentadoria, pois não produz em seu lote. Os assentados de numero 10 e 13, por exemplo, só produzem para a subsistência, tendo como principal fonte de renda o salário da atividade laboral que exercem fora do lote como gerente e peão de fazenda, respectivamente.

Assim, em muitos casos, na ausência, ou não, de uma atividade não agrícola remunerada, a aposentadoria de algum membro da família rural mais idoso acaba contribuindo para complementar a renda agrícola. Há situações, inclusive, em que a pensão ou aposentadoria se torna a principal fonte de renda da família, de modo a garantir a sua permanência na terra.

Muitas famílias optam em buscar outra forma de renda para o sustento, alternativa à prática da agricultura, tendo em vista que um dos principais problemas enfrentados por elas é a falta de aptidão dos solos para o cultivo de alimentos, pois, segundo o INCRA quando foram feitas as divisões das terras para as famílias serem assentadas foi constatado pelo engenheiro agrônomo que os lotes possuem diversidades em termos de solos, ou seja, parte é propícia ao desenvolvimento da agricultura e outra parte da agropecuária, sendo este um dos agravantes para a prática pluriativa destes camponeses. Mas outro dado que contribui para justificar esta tendência tem sido o fato de que essas atividades estão remunerando mais do que as atividades agrícolas.

A terra é o principal meio de produção no campo e a mais importante fonte de renda e de geração de empregos de grande contingente de camponeses no Brasil. Todavia, muitos camponeses esbarram numa serie de limitações que os conduzem a buscar alternativas que garantam sua permanência e da família na terra.

Sabemos que o poder público é o principal gestor de políticas públicas a ser implantadas no campo e, de modo particular nos assentamentos. O discurso tem figurado, inclusive no sentido de promover o desenvolvimento rural. Todavia, verificamos que há uma grande distancia entre o discurso e a efetivação das políticas públicas voltadas para os assentamentos e comunidades rurais, especialmente do ponto de vista de quem, ou quantos se beneficiam, ou tem acesso a elas. E tem sido justamente neste aspecto que esbarram as limitações e, portanto, as dificuldades de permanencia na terra e de manutenção da condição camponesa.

Desde que os chamados “ribeirinhos” chegaram ao município de Guia Lopes da Laguna estão lutando por uma vida melhor. E esta busca pela melhoria das condições de vida e produção muitas vezes esbarra na ausência de políticas públicas ou, mais especificamente no não acesso a estas políticas.

A terra se tornou o principal meio de produção e de trabalho para vários desses assentados. Todavia alguns deles não conseguem garantir a renda necessária para se sustentar economicamente. Enquanto uns praticamente não desenvolvem nenhuma atividade produtiva na terra, outros praticam a agricultura de subsistência e, sobretudo a pecuária. As alegações dos entrevistados para a prática pouco expressiva da atividade agrícola na Colônia tem sido a falta de aptidão das terras para este tipo de atividade. O que se soma a falta ou ineficiência de incentivos governamentais, assistência técnica no sentido de possibilitar a produção agrícola.

Faz-se importante salientar, no entanto, que apesar de lento existem alguns incentivos por parte do governo federal, em parceria com os governos estadual e municipal, visando atender as famílias assentadas e, de modo particular as da Colônia Retirada da Laguna. São programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segundo informações prestadas pela Secretaria de Cultura do Município Guia Lopes da Laguna⁸, foi firmada uma parceria entre estas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) para a implantação de um curso de informática para os filhos dos assentados na Colônia, com o intuito de promover a informatização (inclusão digital) e o desenvolvimento da aprendizagem.

Para atender a proposta desse programa o governo do estado fez a doação de aproximadamente 11 (onze) computadores e também se comprometeu a oferecer dois professores monitores para ensinar informática para as crianças e jovens.

Além do referido Programa a Colônia Retirada da Laguna foi contemplada também com o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), criado pelo governo federal, que visa beneficiar também a agricultura familiar no Brasil. Se trata de um programa voltado para a melhoria da alimentação escolar, que tem como base os alimentos produzidos nos assentamentos de reforma agrária. Assim, firma-se uma parceria com as prefeituras municipais, as quais adquirem parte da produção familiar, que é direcionada a merenda escolar, proporcionando, desse modo a melhoria das condições de renda dos assentados. No caso da Colônia, a prefeitura incentiva a cooperativa Lagunense (COOPERLAG), com uma parceria na distribuição de produtos para escolas públicas municipais.

⁸ Entrevista concedida pelo Sr. Wilson Melo Acosta, secretário de cultura.

Quando a renda necessária para o consumo próprio e da família não é suficientemente obtida com o trabalho na terra o camponês busca suprir suas necessidades no meio urbano, desempenhando outras atividades.

Contudo, percebe-se que o desenvolvimento dessas comunidades rurais é possível e muitas vezes a organização das mesmas conduz a isto. Na Colônia Retirada da Laguna, um exemplo de iniciativa nesta perspectiva é a cooperativa lagunense (COOPERLAG) que foi criada por meio da organização e colaboração dos assentados, que a vislumbravam como uma alternativa de geração de emprego e renda no interior da Colônia. Além, de ser uma forma de absorver a produção leiteira dos assentados/sócios ou não da cooperativa, na produção de derivados (queijo e iogurte, por exemplo).

CAPÍTULO III - O HISTÓRICO DE VIDA E PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA COLÔNIA RETIRADA DA LAGUNA

3.1. Localização do Objeto de Estudo

O objeto de estudo encontra localizado na cidade de Guia Lopes da Laguna que estabelece limites com os municípios de Maracaju, a Nordeste; Nioaque, ao Norte e Noroeste; Ponta Porá, a Leste e Sudeste; Jardim, ao Sul e Sudoeste, Bonito, a Oeste e Noroeste.

Guia Lopes da Laguna está situada ao Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre a escarpa Ocidental da serra de Maracaju e o Rio Miranda.⁹ (Figura 1).

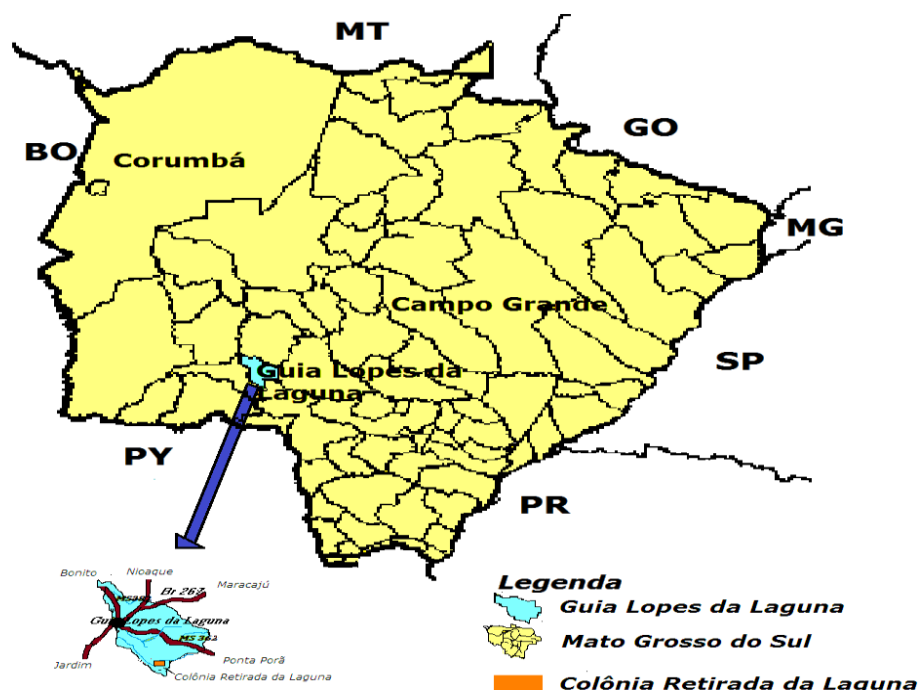


Figura 1: Localização do Município de Guia Lopes da Laguna

Fonte: Adaptado por Andrade, Maria Alice Carvalho.

Guia Lopes da Laguna tem sua base econômica voltada para a pecuária, acumula valores culturais que são característica dessa atividade, na região há inúmeras fazendas de gado que

⁹ Informações disponíveis no site: www.guialedesdalaguna.ms.gov.br

no território lagunense, é prática histórica e tradicional sendo que esta é a principal atividade considerada responsável para mover a economia.

Segundo o IBGE (2010), o efetivo populacional do município de Guia Lopes da Laguna é de 10.366 habitantes com uma densidade demográfica de 8,56 hab/km², área de unidade territorial de 1.210,609 km², concentração de pessoas na área urbana mais de 84,4% de sua população e apenas 15,2% concentradas na área rural.¹⁰

3.2. A Criação da Colônia Retirada da Laguna

De acordo com a Resolução n° 17 do dia 13 de Fevereiro de 1985¹¹, a Colônia Retirada da Laguna teve a proposta de criação de unidades agrícolas familiares aprovada como a única que conta com melhor estrutura, possuindo pesqueiro, bar, capela, rede de distribuição de água, poço artesiano e a Cooperativa Cooperlag, com destaque na produção de produtos derivados do leite.

De acordo com documentos concedidos pelo INCRA de Jardim, a Colônia Retirada da Laguna recebeu essa nomeação por conta do episódio histórico da Guerra do Paraguai, durante o qual foi ordenada a Retirada das tropas brasileiras do território paraguaio chamado Laguna.

As pessoas que estabeleceram residência na colônia Retirada da Laguna moravam em uma pequena ilha localizada no estado do Paraná, que recebia o nome de Ilha de Itaipu¹². Eram famílias ribeirinhas que em sua maioria exerciam atividades rurais que foram expropriadas do seu território.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída pelo governo brasileiro e paraguaio no curso do Rio Paraná, no período de 1975 a 1982. Trata-se de uma hidrelétrica binacional, haja vista ser um empreendimento do Brasil e do Paraguai e estar localizada na fronteira dos dois países, atendendo aos interesses energéticos de ambos. Itaipu é também considerada a maior usina geradora de energia do mundo ao gerar em torno de 100 bilhões de quilowatts-hora¹³.

Todavia, o que se coloca em pauta aqui não é a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mas os desdobramentos desse empreendimento energético do Estado brasileiro e

¹⁰ Informação disponível em www.ibge.gov.br

¹¹ Informação cedida pelo INCRA de Jardim. Portarias e Retificações dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária.

¹² Os ex-desabrigados da barragem de Itaipu, assentados na Colônia Retirada da Laguna se referem à ilha como “Ilha Grande”.

¹³ Informações obtidas no site da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/>

paraguaio e, mais especificamente os impactos sociais gerados por sua construção e, sobretudo com a criação do lago de Itaipu, que deixou centenas de comunidades camponesas e ribeirinhas desabrigadas.

Esta foi, pois, a razão dos ribeirinhos vindos do Paraná residirem no estado do Mato Grosso do Sul, mais precisamente na área rural da cidade de Guia Lopes da Laguna, ou seja, foram atingidos pela barragem de Itaipu.

O conceito de atingido por barragem, que parece ser tão natural, principalmente entre as pessoas envolvidas com movimentos sociais, é construído socialmente e vem sendo remodelado ao longo dos tempos e em diferentes espaços. (FOSCHIERA, 2009, p. 34).

A construção desses empreendimentos energéticos gera o conflito entre a força do Estado responsável pelo empreendimento, as forças locais e os grupos atingidos, especialmente os desabrigados, colocando em evidência a necessidade de organização por parte dos atingidos, no sentido de reivindicarem direitos, sendo o principal deles a sua reinsertão na terra.

Essa organização tem se dado, segundo Foschiera (2009, p. 31-32) por meio da união dos atingidos com os sindicatos, inclusive de trabalhadores urbanos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ao se unirem a essas entidades e demais trabalhadores, os desabrigados têm a oportunidade de formar lideranças através de cursos e construir uma consciência organizativa e de luta para reivindicar seus direitos.

Os cursos de formação qualificavam lideranças que organizavam os demais atingidos para fazer frente à forma como estavam sendo planejadas e realizadas as construções de barragens [...]. (FOSCHIERA, 2009, p. 31-32)

Para minimizar os impactos sociais causados por esses grandes projetos, o Estado ao promover a desocupação das terras se propõe a realizar a indenização daqueles atingidos proprietários que possuem a documentação legalizada perante as exigências feitas pelo estado. Nesse sentido, aqueles que não atenderem essas exigências, mesmo tendo construído uma identidade com a terra, com a comunidade, se vêem destituídos do direito material de indenização, tendo em vista que não são as suas relações afetivas estabelecidas naquele local que estão em questão.

Dessa forma o conceito de atingidos numa perspectiva social é negado, predominando o direito à desapropriação. A população é vista como mais

um obstáculo a ser removido, numa perspectiva não muito diferente ao da remoção da fauna e a flora. (VAINER, 2005 apud FOSHIERA, 2009, p. 35).

Nesse contexto, verifica-se que o mais importante é a construção da barragem e conter a água, e não as pessoas que construíram um elo com a terra e que foram dela “expulsas”. Em outras palavras, diríamos que esses empreendimentos do Estado conduzem, portanto, os atingidos a um processo de desterritorialização e de reterritorialização, à medida que os desabriga, que os destitui dos laços territoriais e culturais já construídos, forçando-os a criar novas relações identitárias em outro local. Muitas vezes desprovidos de direitos materiais, a exemplo da indenização.

Assim, ao pensarmos na perspectiva da desterritorialização e reterritorialização do grupo atingido pela construção do “lago” de Itaipu, hoje assentados na Colônia Retirada da Laguna, queremos deixar claro que compreendemos o território numa perspectiva relacional, não somente porque este está inserido num conjunto de relações histórico-sociais, mas porque envolve uma relação complexa entre processos sociais e espaço material.

Faz-se importante esclarecer também que não se trata de conceber o território apenas como algo fixo, um local de enraizamento ou uma fronteira. A nossa concepção de território perpassa ainda pela “dimensão simbólica, cultural e de identidade construída pelos grupos sociais. Nesse sentido partilhamos da concepção de Haesbaert (2004, p. 94) ao afirmar que o território envolve “uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais [...]”.

Desse modo, quando dizemos que os ribeirinhos sofreram um processo de desterritorialização, é porque estes não foram somente desenraizados, destituídos do direito de permanecerem na terra, mas também pela destituição dos laços afetivos, culturais e, portanto identitários com o território em que viviam antes, sendo forçados à reterritorialização, ou seja, a se “enraizarem” novamente, e a criar novas relações afetivas, culturais e de identidade com um novo território.

3.3. As condições socioeconômicas das famílias assentadas na Colônia Retirada da Laguna

Além do histórico de vida dos camponeses assentados na Colônia Retirada da Laguna, optamos também por compreender as condições socioeconômicas das mesmas na

atualidade, considerando a ausência ou deficiência de políticas públicas que dêem suporte as estas famílias, bem como a estrutura econômica do município em que a Colônia esta localizada e, conseqüentemente as perspectivas de geração de emprego e renda.

Atentamos assim, para a apreensão dos fatores que conduzem os membros dessas famílias a buscarem outras atividades remuneradas dentro ou fora da Colônia, especialmente no meio urbano.

A cidade de Guia Lopes da Laguna e seu entorno não possui muitas indústrias, pois ainda é um município com pouca estrutura econômica. A principal fonte de emprego para os moradores, incluindo os que moram na Colônia Retirada da Laguna, é o frigorífico Brasil Global. Este oferece oportunidades de emprego para as pessoas que moram tanto no meio urbano quanto no meio rural. Nesse caso os empregos oferecidos no município decorrem do comércio, serviços públicos, e também do Frigorífico Brasil Global.

Verificamos que são pessoas que lutam pela sobrevivência na terra e não desistem. Quando a renda necessária para o sustento da família não e suficiente, seja por meio da pecuária, da produção agrícola, ou mesmo da aposentadoria, o camponês e/ou sua família busca outras atividades remunerativas fora da propriedade. As alternativas geralmente buscadas são o trabalho temporário, como diaristas em outras propriedades, revendas de roupas compradas nos centros urbanos, ou outros produtos de fabricação caseira (doces, queijos, etc.) e, sobretudo o trabalho assalariado urbano.

Ao entrevistar os assentados constatamos que a Cooperativa Lagunense (COOPERLAG) hoje é fonte de renda dos moradores, pois muitos deles vendem o leite que é o que lhes proporciona uma vida mais digna.

Mas ao mesmo tempo em que existe a cooperativa (pequena indústria que fabrica derivados do leite) dentro da Colônia, capaz de suprir as necessidades desses camponeses, muitos deles tendem a buscar outro complemento para a renda.

É necessário possuir recursos financeiros para investir na pecuária, que podem ser obtidos por meio de empréstimos bancários ou de outra atividade remunerada. Todavia não são todos que tem acesso a financiamentos, especialmente os assentados que não possuem o título definitivo dos lotes.

Aqueles que não praticam a atividade pecuária cultivam hortas onde são plantadas: alface, tomate, cebolinha, beterraba, etc., além de mandioca (Figura 2). Esses produtos são destinados ao consumo da família, sendo comercializado apenas o excedente, geralmente o principal local de venda desses produtos é a cidade.



Figura 2: Produção pecuária e horta.

Fonte: Andrade, Maria Alice Carvalho. Pesquisa de campo – 2011.

Assim, diante das dificuldades para continuar produzindo e garantir a manutenção das necessidades básicas da família nos lotes tem conduzido os camponeses cada vez mais a realizarem atividades remuneradas agrícolas e não-agrícolas no interior e fora dos assentamentos e comunidades rurais.

São, conforme destacamos no capítulo anterior, práticas pluriativas, que proporcionam a subsistência e auxiliam na contribuição da renda, garantindo a segurança alimentar das famílias assentadas, a moradia e o direito a cidadania, que é defendido pela Constituição Federal, mas nem sempre proporcionado pelo Estado, por meio de políticas públicas.

Daqueles assentados que obtiveram o lote no início de formação do assentamento, onze (11) dentre o universo investigado já repassaram para terceiros. Significa dizer que onze (11) entrevistados declararam ter comprado os lotes dos primeiros assentados posteriormente, conforme mostra o Quadro 1.

Os camponeses alegam que a venda desses lotes se dá, geralmente devido a falta de apoio do governo quanto as políticas públicas e de estrutura necessária para produzir na terra. Desse modo vendem o lote para terceiros e partem em busca de uma nova terra ou para locais onde possam exercer alguma atividade remunerada para sustentar a família.

Desde a formação do assentamento	Após a formação do assentamento	Comprou dos primeiros	Mora de Favor
3	3	11	3

Quadro 1 - Dados de permanência dos assentados na Colônia Retirada da Laguna com base no universo investigado

Fonte: Pesquisa de campo - 2011

Como podemos constatar ainda no Quadro 1, três (03) dos entrevistados estão na Colônia desde o início, três entraram após a formação do assentamento e três moram de favor.

Com relação à produção dentro do universo investigado e possível destacar, conforme Quadro 2, que sete (07) vivem exclusivamente da atividade pecuária e produção de leite; três (03) desenvolvem produção diversificada; três (03) vivem exclusivamente da aposentadoria; cinco (05) tem a aposentadoria como complementação da renda da família; e oito (08) exercem outras atividades.

Pecuaria/Leite	Produção diversificada	Somente Aposentado	Complementa a renda com aposentadoria	Exercem outras atividades
7	3	3	5	8

Quadro 2 – Formas de obtenção de renda dos assentados da Colônia Retirada da Laguna

Fonte: Pesquisa de campo – 2011.

Consideramos com outras atividades as exercidas como diaristas, empregada doméstica, vendedoras autônomas de roupas e outras mercadorias.

As pesquisas têm mostrado, e esta em particular, que está ocorrendo de modo geral nos assentamentos a realização de outras atividades, como princípio de garantia de renda e, portanto de sobrevivência. Desse modo, na Colônia Retirada da Laguna, a prática pluriativa cresce, tendo em vista a plantação e a pecuária não serem suficientes para garantir o sustento e a condição camponesa das famílias assentadas.

Essa realidade fica evidente quando observamos a Tabela 1. Conforme as informações destacadas na mesma, a renda familiar tem sido obtida por meio de uma diversidade de atividades remuneradas.

Tabela 1 – Produção e renda por entrevistado assentado da Colônia Retirada da Laguna

Assentados	Produção Agrícola	Pecuária	Produção para Subsistência	Produção p/ Comércio	Outras atividades remunerativas	Renda Total
01	Mandioca	7 cabeças	Galinha, Ovos	Leite	Aposentadoria	915
02	Horta	6 cabeças	Leite	-	Peão de Fazenda	600
03	Mandioca	9 cabeças	Mandioca	Leite	Doméstica	815
04	-	-	-	-	Aposentadoria	965
05	-	-	-	-	Aposentadoria	545
06	Horta	-	Verduras	-	Gerente de Fazenda	1200
07	Horta	-	Verduras Ovos	-	Diarista, Bolsa	332

					Família	
08	Horta, Mandioca	-	Verduras Mandioca	-	Aposentadoria	545
09	Horta, Mandioca	-	Verduras	Horta, Mandioca	-	1200
10	Banana, Alface	-	Banana, Alface	-	Agente Comunitária de Saúde	700
11	Mandioca, Gado, Verdura	10 cabeças	Mandioca, Verduras	Leite, Mandioca	-	840
12	Horta, Mamão	-	Horta, Mamão	-	Aposentadoria	700
13	Horta	-	Horta	-	Peão de Fazenda	800
14	Horta, Gado	20 cabeças	Verduras	Leite	Cooperado	600
15	Gado.	8 cabeças	Gado p/carne	-	Aposentadoria	845
26	Alface, Tomate	-	Verduras	Alface, Tomate	Vendedor de Verdura na cidade	700
17	Alface, Tomate Mandioca	-	Alface, Tomate Mandioca	-	Peão de Fazenda	600
18	Horta	15 cabeças	Verduras	Leite	Aluguel da casa na cidade	750
19	Mandioca, Gado, Verduras	12 cabeças	Mandioca, Carne	Leite	Aposentadoria	900
20	Mandioca	18 cabeças	Mandioca, Queijo	Leite	Vende Queijo na Cidade	720

Fonte: Pesquisa de campo – 2011

Constatamos ao longo das entrevistas realizadas que para vários dos assentados a Colônia é um local capaz de oferecer uma qualidade de vida melhor que no meio urbano, mas para outros. Todavia, alguns alegaram que apesar de gostarem do campo tem sido difícil garantir sua condição camponesa. Existem ainda aqueles que acham o local agradável em termos de tranqüilidade e proximidade do centro urbano, mas que já não produzem na terra porque são aposentados, alegando que a aposentadoria proporciona uma renda fixa, permitindo assim uma tranqüilidade maior.

Para proporcionar formas de acesso a determinados serviços públicos, meios de produção como máquinas e equipamentos, e mesmo a viabilização da produção de leite e derivados e sua inserção no mercado local/regional, os assentados da Colônia se organizaram não somente por meio da cooperativa, mas também da Associação.

Os mesmos alegam que foi a partir da criação da Associação de Moradores da Colônia Retirada da Laguna que eles receberam mais apoio dos governantes do município de Guia Lopes da Laguna. Desde então recebem visitas de agentes comunitárias de saúde, tendo direito a medicação e vacinas em suas casas, além de tratores que pertencem a prefeitura, quando há necessidade para o trabalho na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforçamos aqui a proposta de estudo na Colônia Retirada da Laguna, que teve como objetivo investigar a maneira como as famílias ali assentadas buscam garantir sua sobrevivência e a reprodução da sua condição camponesa.

Todavia, para compreender o contexto de luta dessas famílias, que se estende a um grande contingente de famílias camponesas no Brasil, procuramos nos embasar em um conjunto de leituras que tratam da questão agrária e da Reforma Agrária.

Essas leituras também nos embasaram na busca da compreensão teórica da realidade vivida por essas famílias em termos sociais e econômicos, atentando para a questão da pluriatividade detectada durante a investigação empírica.

Assim, ao longo do trabalho foi possível verificar quais são as atividades desenvolvidas pelos assentados na Colônia Retirada da Laguna, cujo destaque se faz para a existência da pluriatividade, desenvolvida como forma de complementação de renda das famílias camponesas.

Foi possível ainda compreender que as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, sejam eles tradicionais ou de assentamentos de Reforma Agrária evidenciam a realidade da pobreza no campo e da falta de melhoria das condições de produção e de vida, que lhes permitam não só ter acesso a terra, mas permanecer nela em condições dignas.

Muitos camponeses são obrigados a trabalhar fora do seu lote e mesmo em atividades não-agrícolas, pois não possuem condições econômicas para manter a família apenas com atividades ligadas a terra. Através das entrevistas realizadas, constatamos que esta realidade não se mostrou diferente na Colônia Retirada da Laguna.

Acreditamos que parte dessas dificuldades estão associadas à deficiência das políticas públicas, ou a quem estas são direcionadas no Brasil e, falta da implantação de projetos políticos, a fim de ocorrer o desenvolvimento da colônia tanto social quanto econômico.

A pluriatividade constitui-se, portanto numa estratégia de reprodução social, muito embora não seja a única forma de sobrevivência no espaço rural. Significa dizer que a realidade camponesa no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul é heterogênea,

podendo ser visto além do agrícola, ou seja, há uma multiplicidade de atividades, funções e atores inseridos nesse espaço.

Compreendemos que esta heterogeneidade expressa as contradições decorrentes da própria lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo e a forma diferenciada com que os camponeses são contemplados (quando o são) pelas políticas de acesso ao crédito e de melhoria da produção e da vida.

Este estudo nos permitiu efetuar, mesmo de forma inicial, uma leitura geográfica da realidade que nos propomos investigar, ou seja, que o espaço da Colônia Retirada da Laguna tem sofrido transformações, que se evidenciam por meio das atividades produtivas e da vida dos camponeses ali assentados.

A realidade encontrada na Colônia Retirada da Laguna é mais um exemplo do esforço da geografia, em desvendar processos e novas formas de produção e transformação do espaço.

Mediante o exposto, acreditamos que os objetivos propostos no início deste trabalho foram cumpridos, quais sejam: apreender e compreender a realidade social e econômica das famílias assentadas na Colônia Retirada da Laguna, e que esta realidade faz parte de um movimento maior que envolve um conjunto de interesses econômicos e políticos, e sujeitos sociais diversos (latifundiários, capitalistas, camponeses, e o próprio Estado), sobretudo no que se refere às disputas territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, F. C. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros**, Brasília, Junho, 2006, p. 21.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste/ Manuel Correia de Andrade**. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

BUAINAIN, A. M. **Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2008.

FOSCHIERA, A. A. **Da Barranca do Rio para a Periferia dos Centros Urbanos: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens Face às Políticas do Setor Elétrico no Brasil**.

MARAFON, G.J, RIBEIRO, M. A. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: Reflexões a partir do território Fluminense**. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, Dez de Janeiro de 2006.

MARTINS, J.S. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, J.S. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo Social. 2ª ed. Vol.15 São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Nov. 2003.

MACHADO, A.M.B. **A Pluriatividade e suas Relações com o Campesinato e a Reforma Agrária**. Revista Nera, 17, Julho/Dezembro de 2010.

MOREIRA, E. V. **As múltiplas fontes de renda e a pluriatividade nos bairros aeroporto, cedro, córrego da onça, ponte alta e gramado no município de Presidente Prudente**.

(Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Setembro de 2007, p. 01-266.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. Editora Brasiliense, 1990.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado**. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 42, nº. 2. Brasília. Apr./June 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000200008 (último acesso em 28 de abril de 2011).

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade e Política: o caso do Sul do Brasil**. In: **Revista de Economia Política**. Vol. 27, nº. 3. São Paulo. Jul/Sept. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000300008&lng=pt&nrm=iso (último acesso em 28 de abril de 2011).

NEVES, O. C.; ARRAES, N. A. M. **A pluriatividade em áreas de transição rural-urbano: um estudo sobre o potencial das atividades não-agrícolas na área rural do Distrito Barão Geraldo do município de Campinas (SP)**. Informações Econômicas, SP, v.40, n.3, mar. 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estud. av. vol. 15 n.º 43, São Paulo, Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015> . (Acesso em: 11 de novembro de 2011)

SANTOS; **Uma abordagem acerca da construção da hidrelétrica de Itaipu**. UNESP. v. 1, n. 2, 2005 p. 199. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.html> .
SCHNEIDER, S: **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. RBCS. volume 18, nº 51. Fevereiro/2003. 49

SILVA, J. G. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo. v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/2/823.pdf.

SILVA, H. M. M. B. **Terra e Moradia: que papel para o município?** São Paulo, Dezembro, 1997, p.13-20.

SOUZA, L. S. **A Pluriatividade Como Estratégia Para o Desenvolvimento Rural.** A presença e generalização das atividades não-agrícolas. *In: Revista de Turismo Rural.* Instrumento para desenvolvimento sustentável. Biblioteca Virtual - EUMED.NET. Disponível em: E:\luziania fonte 2.mht. (último acesso 19 de maio de 2011).

SOUZA, M. A. P.; CORRÊA, W. K. **Produtores rurais, Atividades não-agrícolas trabalho pluriativo no município de Cascavel - PR:** Uma discussão sobre a ruralidade e o território. 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa - ENGRUP, São Paulo, p. 656 - 684, 2008.

SOUZA, M, GROSSI, M. E. D. **Estratégia para um desenvolvimento Rural de Inclusão/ Pluriatividade e desenvolvimento Rural.** Londrina: Eduel, 2004; Impresso no Brasil no Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

UMBELINO, A. **É mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva.** São Paulo, SP:10 de Janeiro de 2011, do Instituto Humanista Unisinos regido por Márcia Borges.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

- <http://www.eumed.net/libros/2006c/194/1e.htm>, acessado em 5/03/2011 às 09h30min.
- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-2003 2004000200008, acessado em 06/03/2011 às 14h00min.
- <http://www.scielo.br/scielo.php?Pid=s0101-31572007000300008&tlng=es>, acessado em 12/03/2011 às 22h00min.
- <http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/unicamp/OseiasNeves.doc>, acessado em 13/03/2011 às 20h00min.
- <http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.html>, acessado em 02/04/2011 às 19h00min.
- <http://www.repositorio.bce.unb.br/bitstream>, acessado em 03/04/2011 às 20h26min.
- <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab>, acessado em 07/05/2011 às 08h00min.
- <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>, acessado em 14/05/2011 às 10h00min.
- <http://www.guialopesdalaguna.ms.gov.br>, acessado em 06/08/2011 às 21h00min.
- <http://www.cepa.if.usp.br/energia/.../construcao.htm>, acessado em 16/07/2011 às 19h30min.
- <http://www.Editorabrasiliense.com.br>, acessado em 03/09/2011 às 20h00min.
- <http://www.hidrelletricasbrasileira.com.br>, acessado em 24/09/2011 às 16h30min.
- <http://www.usinahidreletricadeitaipu.com.br>, acessado em 27/08/2011 às 17h30min.
- <http://www.reformaagrariaemdebate.blogspot.com/p/textos.html>, acessado em 01/10/2011 às 15h25min.
- http://www.rankbrasil.com.br/.../Maior_Usina_Hidreletrica_Do_Brasil, acessado em 20/10/2011 às 14h47min.
- <http://www.manuaisiafi.tesouro.fazenda.gov.br>, acessado em 20/10/2011 às 15h40min.
- <http://www.scielo.br/scielo.php>, acessado em 20/10/2011 às 21h30min.
- <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>, acessado em 03/11/2011 às 15h37min.
- <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a06v15n2.pdf> acessado em 09/11/2011 às 10h47min.

ANEXOS

**ANEXO I: Formulário de Entrevista com os Residentes da Colônia Retirada da Laguna
em Guia Lopes da Laguna – MS.**

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul- Campus de Jardim

Formulário 1 - Residentes da Retirada da Laguna

Estou coletando dados e informações para o projeto de pesquisa de conclusão de curso.

Por esse motivo solicito o preenchimento deste questionário:

1. Nome Completo.
2. Idade?
3. Estado Civil?
4. Quantos Filhos?
5. Quantas pessoas moram na casa?
6. Mora no Lote desde a formação do assentamento?
7. Onde morava antes? Por que veio para cá?
8. Como adquiriu o lote?
9. O que fazia antes de vir para o assentamento?
10. Como você considera sua vida antes e agora? (Compare).
11. As terras da colônia são próprias para qual atividade?
12. O que você produz em seu lote?

13. É suficiente para garantir o sustento da família?
14. Se sim, qual a renda da família? Quanto?
15. Se não, o que você e sua família fazem para complementar a renda?
16. Se você veio do Estado do Paraná, recebeu indenização do governo em decorrência da criação do lago de Itaipu?
17. Quais foram às dificuldades encontradas quando vieram para cá?
18. Exercia atividades rurais ou urbanas? Quais?
19. A colônia possui associação de moradores?
20. Se sim, quando e por que ela foi criada?
21. Qual é a importância da Associação para você?
22. Que tipo de apoio do governo você recebeu ou ainda recebe?
23. Você é cooperado?
24. Qual é a importância da cooperativa para você?
25. Você fornece leite para a cooperativa?
26. Quantos litros de leite?
27. Quantas cabeças de gado possuem?
28. Foram comprados com dinheiro de financiamento ou próprio?

ANEXO II: Mapa da Colônia Retirada da Laguna.